



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT
CNPJ : 15.023.930/0001-38



PROJETO DE LEI Nº 073 /2022

APROVADO
AO EXPEDIENTE
Sala das Sessões 07/08/2022
1º Secretário

Autoria: Poder Executivo Municipal

Sub nº
Em 07/08/2022
PROTOCOLADO
02
1º Secretário

SÚMULA: REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE COLÍDER- ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, órgão colegiado vinculado à Secretaria Municipal de Assuntos Fundiários, destinado a acompanhar e ser órgão consultivo a regularização fundiária e o desenvolvimento econômico sustentável do Município, obedecidos os critérios fixados nesta lei e na legislação estadual e federal, no que for pertinente;

Art. 2º. O Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável criado por força desta Lei Municipal será integrado por representantes do Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Associações e Entidades de Classe sem fins lucrativos, e outras entidades da sociedade civil, garantida a paridade na representação com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, com a seguinte composição:

I - Um Representante do Poder Judiciário;

II - Um Representante do Poder Executivo Municipal, da Secretaria Municipal de Fazenda e Administração;

III - Um Representante do Departamento de Engenharia do Município;

IV. Um Representante do Departamento Jurídico do Município;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT
CNPJ : 15.023.930/0001-38



- IV - Um Representante da Assuntos Fundiários;
 - V - Um Representante do Poder Legislativo;
 - VI - Um Representante do Ministério Público;
 - VII - Um representante da Defensoria Pública;
 - VIII. Um Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
 - IX. Um Representante da Associação Comercial e Industrial;
 - X - Um Representante do Cartório de Registro de Imóveis;
 - XI - Um Representante do Sindicato Rural;
 - XII - Um Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
 - XIII - Um Representante de Associações de Distrito, Associação de Moradores de Assentamentos Rurais, ou de Associação de Moradores de Bairros, se houver;
 - XIV - Um Representante de Associações e/ou Cooperativas de Produtores Rurais;
 - XV. Outras entidades de direito público e/ou privado com interesses análogos;
- § 1º Poderão participar do Conselho como entidades parceiras, sem direito a voto.

- a) Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA;
- b) INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria;
- c) Governo do Estado de Mato Grosso;
- d) Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso;

Art. 3º conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável é responsável pelo acompanhamento, e como órgão consultor nos projetos de regularização fundiária e desenvolvimento econômico sustentável do Município, cabendo-lhe acompanhar e apresentar sugestões aos procedimentos necessários, visando e garantir maior objeto a promoção da regularização fundiária e o desenvolvimento econômico sustentável do Município, para o fim de atribuir a devida



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT
CNPJ : 15.023.930/0001-38



regularização fundiária à propriedades urbanas e rurais localizadas na municipalidade, bem como construir um modelo econômico sustentável no município.

Art. 4º É atribuição prioritária do Conselho acompanhar os expedientes que versam sobre a escritura/titulação dos imóveis urbanos e rurais situados no Município, objetivando a promoção da regularização fundiária e o desenvolvimento econômico sustentável do Município, obedecidos os critérios fixados nesta lei e na legislação estadual e federal, no que for pertinente.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se regularização fundiária sustentável o conjunto de medidas jurídicas, administrativas, judiciais, urbanísticas, ambientais, econômicas e sociais, promovidas pelo Poder Público com cooperação da sociedade civil, por razões de interesse público, econômico e social, que visem atribuir a titulação das ocupações informais existentes no Município, adequando a situação jurídica da ocupação às conformidades legais, de modo a garantir o pleno exercício dos poderes inerentes à propriedade e o direito social à moradia digna, o desenvolvimento das funções sociais da propriedade, e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Art. 5º Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável será administrado por um Presidente sendo este o Secretário de Assuntos Fundiários e dois secretários, eleitos de forma paritária, por voto majoritário, dentre os representantes das entidades que lhe compõem, para um mandato de 02(dois) anos, permitida a recondução.

Art. 6º Revoga-se a Lei 2.985/2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 03 DE FEVEREIRO DE 2.022.

HEMERSON
LOURENCO
MAXIMO:022580321
64

Assinado de forma digital
por HEMERSON LOURENCO
MAXIMO:02258032164
Dados: 2022.02.03 13:53:38
-04'00'

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO
PREFEITO MUNICIPAL